

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E IMPRENSA: POSSIBILIDADE DE PESQUISA

Guilherme Gonzaga Bento

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

ggonzagabento@hotmail.com

A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

A política externa¹ “inaugurada” pelo Governo Jânio Quadros, foi teorizada ainda nos anos 1960 como uma Política Externa Independente - PEI, trazendo em seu *corpus* o cumprimento de princípios como: a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a defesa da paz; a neutralidade do país frente ao conflito da Guerra Fria e a bipolaridade mundial estabelecida; mundialização das relações internacionais do Brasil sem preconceito político-ideológico, entre outras diretrizes.²

A Política Externa Independente pode ser dividida em três fases³, sem, no entanto, suas bases principiológicas sofrerem alterações significativas. São elas: 1ª – compreende o governo Jânio Quadros, apoiando-se em um ‘neutralismo temperado’; 2ª – vai de agosto de 1961 a fins de 1963, dando continuidade e se aprofundando nas ações iniciadas no governo Jânio, com intensificação da crise interna, polarização ideológica, etc; 3ª – vai de 1963 até o golpe de 1964, e é influenciada pelo Chanceler Araújo Castro, buscando precipuamente o desenvolvimento.

Segundo Paulo Vizontini a PEI “(...) como ideologia, surgiu a partir de um conjunto de princípios e atitudes independentes durante a gestão Jânio Quadros/Afonso Arinos. (...) O termo Política Externa Independente foi cunhado por San Tiago Dantas, que sistematizou seus princípios e aprofundou seu conteúdo.” (VIZENTINI, 2009, p. 130-131). A PEI, nesse sentido, constituía um conjunto de ideias, advindas do modelo nacional-desenvolvimentista-populista que marcou o período de sua formulação.

¹ Para fins conceituais deste trabalho, tomamos a Política Externa como uma área das relações internacionais que busca expressar os interesses e objetivos do Estado no plano internacional. Nesse sentido Tiago Brum sintetiza muito bem a questão ao afirmar que “Compreendemos as **relações internacionais** como o conjunto de interações interestatais e transnacionais processadas no meio internacional, em que se apresentam articulações e interesses de diversos atores. A **política externa**, por sua vez, representa um dos campos das relações internacionais. Entendemos por política externa “o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente, o Estado em relação a outros Estados ou atores externos”.” (BRUM, 2008, p. 16). (grifo nosso!).

² Ver mais em: DANTAS, 1962.

Esta “nova” maneira de pensar a política externa brasileira, seria marcada pela defesa dos direitos brasileiros sem alinhamentos políticos-ideológicos com os polos de poder da guerra fria, estando em função de uma política nacional de desenvolvimento para a ampliação dos mercados brasileiros independente de preocupações ideológicas.

Dessa maneira, a PEI seria uma política externa sem compromissos, não se alinhando com os Estados Unidos de forma automática e incondicional, tendo como objetivo primordial a obtenção de vantagens dentro do quadro de bipolaridade, em sua busca pelo direito de autodeterminação, dos interesses econômicos nacionais e da liberdade de movimento na cena internacional. Assim, a implementação dessa nova perspectiva das relações internacionais do Brasil foi segundo Paulo Vinentini uma “ (...) resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores ou a modificação do caráter de alguns, cujas necessidades e anseios os posicionavam fora da política dos centros dominantes.” (VIZNETINI, 2013, p. 210-211).

Assim, a atuação brasileira com o exterior pautou-se em duas vertentes práticas fundamentais: 1 – diminuição da dependência em relação aos Estados Unidos, dando uma maior autonomia ao Brasil; 2 – ampliação do número de parcerias comerciais e possibilidade de negociações, buscando sempre a universalização dos contatos do Brasil com outros países.

Nesse sentido, Pedro Malan, pauta as bases de constituição da PEI a partir de três elementos, quais sejam: 1 – retomada do ideário da OPA; 2 - estilo diplomático alinhado com o nacionalismo, que funcionava como ideologia aglutinadora do processo de industrialização do país; 3 – afirmação da autonomia relativa do Brasil frente à hegemonia norte-americana nas relações internacionais, especialmente na América Latina. (MALAN, 1991).

Dessa maneira, buscando ordenar a base principiológica da PEI, Clodoaldo Bueno e Amado Luiz Cervo sistematizam esta em oito fundamentos que, segundo eles, foram a diretriz desse período da política externa brasileira, quais sejam: 1) mundialização das relações internacionais do Brasil; 2) atuação isenta de compromissos ideológicos; 3) ênfase na bissegmentação do mundo entre Norte-Sul, e não Leste-Oeste; 4) busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais; 5) desejo de participação nas decisões internacionais; 6) busca pela paz e pelo desarmamento; 7) adoção claramente contrária à realização de experiências nucleares; 8) adoção dos

princípios de autodeterminação dos povos e não intervenção.⁴

A política externa independente se apresentava como um projeto que redefiniria as posturas da política externa brasileira, formatando um novo paradigma das relações exteriores brasileiras, com caráter globalista. Nesse sentido, a PEI corroborava para o rompimento da atuação regional (americanização) e do alinhamento automático com os EUA, irrompendo assim com a submissão do eixo simétrico das relações internacionais do país ao eixo assimétrico de poder na ordem mundial. Para Altemani essa nova prática diplomática será um instrumento da política nacional de desenvolvimento, buscando a ampliação de parcerias, não só com países desenvolvidos, mas também em desenvolvimento. Haverá assim um rompimento com a tradição regional e alinhada, para a busca de um paradigma universalista para política externa brasileira.

A IMPRENSA COMO INTERPRETE PRIVILEGIADA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

Estabeleceu-se nesse período, uma dicotomia entre, de um lado uma “política interna conservadora” e do outro, uma “política externa progressista”, o que gerou uma forte tensão política criada pela oposição à Política Externa Independente de Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos⁵. Assim, a PEI era apoiada pela oposição ao governo e recebia críticas no interior da base do próprio governo, além dos ataques vindo dos setores conservadores e de grande parte da imprensa.

Sobre o posicionamento da imprensa acerca dessa dicotomia, que é um dos objetivos do presente ensaio, temos a colocação pontual de Clodoaldo Bueno, que nos afirma que “Tal dicotomia facilita a compreensão da pressão interna, da imprensa,

⁴ Neste mesmo sentido outros autores apontam para a mesma base principiológica, como é o caso de Paulo Vizontini que sintetiza o núcleo ideológico da PEI sintetizado-a em cinco princípios basilares, quais sejam: 1º - situado na esfera econômica, visa a ampliação do mercado externo dos produtos primários, bem como dos manufaturados brasileiros, por meio do relacionamento comercial com todas as nações, independentemente de seu posicionamento ideológico no sistema internacional, além da redução tarifária no âmbito hemisférico; 2º - também a nível econômico, o segundo princípio, defende a formulação autônoma de planos de desenvolvimento econômico, com a prestação e aceitação de ajuda internacional a partir da formulação desses planos; 3º - já no âmbito político, temos como terceiro princípio, a busca da manutenção da paz, através da coexistência pacífica entre Estados, pela via do desarmamento geral e progressivo; 4º - o quarto princípio, também no campo político, propõe a não-intervenção em assuntos internos de outras nações, a autodeterminação dos povos e a resolução de conflitos no âmbito mundial, utilizando-se do Direito Internacional; 5º - o último princípio, diz respeito ao apoio a emancipação dos territórios não autônomos. (VIZENTINI, 1995, p. 197).

⁵ Jurista e Professor, de família tradicional de Minas Gerais, Afonso Arinos era um dos grandes líderes da União Democrática Nacional (tendo sido deputado federal e Senador), a UDN de Carlos Lacerda, que havia apoiado Jânio Quadros nas eleições de 1960 e compunha seu governo com a indicação de vários ministérios.

sobretudo, sobre o executivo. Dividiu-se a opinião nacional, que até então dera pouca atenção aos assuntos internacionais. Política exterior tornou-se assunto popular à época da PEI.” (CERVO; BUENO, 2012, p. 334).

A imprensa, raras vezes foi afeta aos temas de política externa e pouco se ouvia notícia sobre o assunto nos jornais. No entanto, conforme muito bem nos aponta Tânia Manzur, no período de desenvolvimento da política externa independente “O governo Jânio Quadros marcou-se pelo envolvimento crescente da opinião pública nos assuntos internacionais. (...). A forma como o Brasil deveria inserir-se no contexto internacional foi um dos temas mais frequentes na imprensa (...).” (MANZUR, 2009, p. 67), ainda mesmo na imprensa do interior, como poderemos constatar ao longo do próximo item deste trabalho.

Nesse sentido, Carlos Alberto Leite Barbosa⁶, nos aponta que esse panorama de prioridade da imprensa, sobre o tratamento da política externa independente se modificou na gestão de Jânio Quadros, e, segundo ele, “Nas entrevistas coletivas de imprensa no Palácio do Planalto, cerca de 70% das perguntas dos jornalistas referiam-se às questões da política externa.” (BARBOSA, 2007, p.29).

Ainda que seja o objeto primordial da presente investigação, julgamos importante apontar duas hipóteses que compreendemos plausíveis para explicar essa mudança de percepção e nível de interesse da imprensa para com a política externa, de forma que possamos compreender ainda que de maneira relativa, os motivos do aparecimento constante da política externa nas páginas dos jornais.

A primeira hipótese, nos leva a crer, que os reflexos do tensionamento internacional da ordem bipolar da Guerra Fria, no cenário interno, provocaram um elevado interesse da imprensa pela nova política externa, que buscava alinhar-se de forma independente, nem ao lado capitalista, nem comunista, despertando assim, o interesse da imprensa. Já a segunda hipótese, reside, no desenrolar das ações empreendidas pela política externa janista e suas repercussões na política interna, o que chamou a atenção dos jornais e levou a esse alto grau de preocupação com o tema.

⁶ Carlos Alberto Leite Barbosa à época era um diplomata recém-formado no Instituto Rio Branco, e foi convidado a trabalhar como assessor na Casa Civil, tendo acesso e contato direto com as coletivas de imprensa que eram realizadas, levando-o a escrever uma obra referência no estudo sobre a política externa janista, intitulada “Desafio Inacabado – A Política Externa de Jânio Quadros”.

As representações nos possibilitam dar sentido ao mundo e explicar o real. Inúmeros teóricos se debruçaram em torno da tentativa de circunscrever os elementos conceituais do que seja a representação. O final deste tópico, busca delinear os contornos do uso da noção (categoria)⁷ de representação na pesquisa histórica, e sua relação com a imprensa enquanto fonte história. Nesse sentido, partiremos das definições do que sejam representações a partir dos escritos de Roger Chartier, Ankersmit e Sandra Pesavento em seus estudos sobre o tema, complementando essa relação com a imprensa, a partir das análises feitas por Maria Helena Capelato e Tânia Regina de Luca. Por fim no tópico terceiro, apontaremos essa imbricação na prática, buscando analisar as representações da política externa do governo Jânio Quadros, apresentadas nas páginas do Jornal Lavoura e Comércio nos meses de fevereiro e março de 1961.

O uso da noção de representação no estatuto epistemológico da História e a utilização da imprensa, especialmente a escrita, como fonte para a produção do conhecimento histórico, contrastam com as bases instauradoras do movimento denominado de “nova história política”, que na concepção de Sandra Pesavento está ligado a uma releitura do político pelo cultural, utilizando-se de novas fontes, novos objetos e novas abordagens. Como afirma a autora:

Às vezes chamada de Nova História Política, essa postura resulta do endosso, pelos historiadores do político, dos pressupostos epistemológicos que presidem a análise na História Cultural. Imaginário, representação, a produção e a recepção do discurso historiográfico reformulam a compreensão do político. (PESAVENTO, 2012, p.75)

A “nova história política” incorpora para si, conceitos da nascente história cultural. **Representação**, imaginário, memória individual e coletiva, mentalidades, práticas discursivas associadas às relações de poder e ainda o conceito de cultura, passam a integrar o vocabulário epistemológico desse estudo histórico do político ‘ressignificado’. Tais conceitos e teorias são advindos não só do campo historiográfico, mas, sobretudo, de disciplinas afins à história e que nos levam a uma interdisciplinaridade latente na construção da “nova história política”.

⁷ Aqui tomaremos representação como uma “noção” e não um “conceito fechado”, visto que “Muitas vezes as noções são resultados de uma descoberta progressiva, de experiências, de investimentos criativos de um ou mais autores que podem ou não ser incorporados mais regularmente pela comunidade científica. (...) Com o tempo uma “noção” pode ir se transformando em “conceito”, à medida que se adquire uma maior delimitação e em que a comunidade científica desenvolve uma consciência maior dos seus limites, da extensão de objetos à qual se aplica. (...) “Práticas” e “Representações” são ainda noções que estão sendo elaboradas no campo da História Cultural.”. (BARROS, 2013, p. 83).

Nesse sentido, há a partir desse movimento nos anos 1970, a definição e incorporação de novos objetos, novos problemas, novas abordagens, novos temas e novas fontes. Essa nova historiografia do político pelo cultural, traça parâmetros que alteram a concepção de documento e fontes históricas, dando a imprensa um novo papel na construção do conhecimento histórico.

Dito isto, e buscando perseguir o objetivo deste ensaio, tomemos a princípio as duas concepções propostas por Chartier sobre a representação, quais sejam: 1 – uma manifesta ausência, o que se supõe a diferença entre o que representa e o que é representado; 2 – uma exibição de uma presença, ou seja, a apresentação pública de uma coisa ou uma pessoa.

Assim, as representações são forjadas a partir de relações de poderes (disputas de representações), que quando observadas na imprensa nos revelam sentidos históricos, sociais e políticos riquíssimos para a construção de outras representações por meio da narrativa histórica e ainda no desvelamento dos sentidos simbólicos e do imaginário social de um determinado tempo histórico.

Apontado essas breves considerações sobre a noção de representação, como uma ancoragem da “nova” historiografia na construção do conhecimento histórico, ao analisar sua relação com a imprensa é importante salientar que, no Brasil, há historicamente uma concentração dos meios de comunicação nas mãos de uma pequena elite, e que, embora existam diferenças e tensões nas linhas editoriais e de conteúdo, o lugar social pelo qual se expressam e seus interesses são quase sempre semelhantes.

Logo, os jornais desempenham um papel informativo, mas também ideológico, cultural, pois fazem representar os fatos usando da legitimidade e confiabilidade de repassar informações para representar o real sempre de acordo com seus interesses, fazendo com que se tornem “(...) instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19).

Merece destaque que o jornal, embora exerça uma função pública de informação, é também um órgão privado que tem como objetivo principal a obtenção de lucro, tornando-se assim mercadorias políticas, de forma que

Os empresários jornalistas atuam na esfera privada orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões, atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, essa empresa que visa o lucro, põe à venda no mercado uma mercadoria muito particular: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio é que se entrelaçam o público e o privado. Há uma mescla de direitos: os dos cidadãos se confundem

com os do dono do jornal. Os limites entre um e outro são muito tênues. (CAPELATO, 1991, p. 136).

Por isso, os jornais se tornam fonte privilegiada para a investigação histórica, pois é possível explicitar o papel da imprensa na construção das representações da Política Externa de Jânio Quadros, além de contribuir para a compreensão dos conflitos, interesses e disputas naquele momento, uma vez que traz a visão diária dos fatos ocorridos.

Nessa medida, os jornais atuam como construtores de um imaginário social e político em determinada época e contexto, manipulando informações e edificando representações. Nas palavras de Bronislaw Baczko “Os meios de comunicação difundem ideias, opiniões e conceitos de um determinado segmento social e legitimam seu discurso de poder, de acordo com os seus interesses.” (BACZKO, 1984, p. 310).

A partir dessa perspectiva podemos analisar o discurso da imprensa, em especial dos jornais (enciclopédias do cotidiano), e ver além das aparências, enxergar nas linhas e entrelinhas, por meio dos editoriais e demais elementos que compõe o periódico, os conteúdos conscientes e inconscientes, investigando assim os “(...) sentidos implícitos, os imaginários e as representações para a apreensão das condições de produção de seus discursos.” (PAULA, 2014, p. 2).

Partimos então na busca da construção de uma **História através da Imprensa**, ou seja, realizar um trabalho que toma a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica de um dado problema, e que a partir das representações apresentadas por determinado jornal, podem nos desvelar fatos, discursos e práticas no espaço-tempo.

Trabalhar, portanto, com a perspectiva de uma história política renovada, dentro das bases epistemológicas que levam em consideração o imaginário, as subjetividades e as representações, nos permite desvelar questões importantes da sociedade, uma vez que a mídia e sua estrutura como um todo, ao publicar seu conteúdo, não estão livres de sua condição de produção social e nem se desvencilham dos interesses políticos e econômicos que o cercam.

A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE SOB A ÓTICA DO JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO

O Jornal *Lavoura e Comércio* foi fundado em 06 de julho de 1899, pelo “Clube Lavoura e Comércio”, que reunia fazendeiros e comerciantes de Uberaba e região, insatisfeitos com a criação do Imposto Territorial Rural de 3% sobre o valor das

propriedades, criado pelo Governador de Minas Ferais Silviano Brandão. O Jornal permaneceu sob a direção do Advogado Antonio Garcia Adjunto até meados de 1906, quando passou para as mãos da família Jardim, permanecendo sob a direção de Quintiliano Jardim até 1966, ano de sua morte, e depois com seus filhos até o fechamento do Jornal em 27 de outubro de 2003. Circulou durante esse período em Uberaba, e cidades da região e do Estado de Goiás. (BILHARINHO, 2014, p.255-257). Segundo o historiador José Eustáquio de Paula o Jornal Lavoura e Comércio era “(...), um periódico vespertino, que nos anos 60 e 70 era o principal veículo de imprensa escrita de Uberaba.” (PAULA, 2014, p. 8), além de abranger e influenciar outras cidades do Triângulo Mineiro. O lema do Jornal era “Se no Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu”.

Sendo assim, compreender a Política Externa de Jânio Quadros a partir das representações dadas pelo jornal *Lavoura e Comércio*, nos permite compreender como os assuntos externos eram pautados, em uma região que a priori não possuía maiores interesses na pauta de política externa, mas, no entanto, recebia a influência do arrefecimento dos ânimos da política nacional.

Em um levantamento preliminar de fontes, observa-se que o Jornal Lavoura e Comércio, atua a priori de maneira informativa⁸, característica própria da grande imprensa, ou seja, em uma primeira leitura a nível discursivo, o jornal apenas informa o leitor.

No entanto, percebemos a partir de uma análise das edições de fevereiro e março de 1961, feita de forma pormenorizada e linear, consubstanciada nos elementos constitutivos do Jornal⁹, que há a tentativa de intervir na construção social de uma determinada narrativa sobre os eventos que se sequenciam no espaço-tempo do periódico e envolvem a Política Externa do novo governo, dando grande relevo e destaque ao tema durante esse período.

A primeira notícia que trata da Política Externa de Jânio, aparece em destaque na capa, a partir da reprodução de uma entrevista no dia 01 de fevereiro de 1961 onde Jânio

⁸ Quase sempre, isso é feito por meio de agências de notícias e seus correspondentes que transmitem informações aos jornais das capitais e essas chegam ao interior. No caso do Lavoura, em especial nas notícias de Política Externa há a assinatura (SE), e quase sempre as notícias vem de Brasília ou do Rio de Janeiro. No entanto, ainda não descobrimos a que agência de notícias pertence tal assinatura.

⁹ Aqui nos referimos a uma análise espacial que as notícias de política externa do governo Jânio ocupam no jornal, levando em conta o que Tania de Luca denomina de “materialidade” quando afirma que “(...) é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural.” (LUCA, 2008, p. 132).

já empossado presidente da República delinea as diretrizes da nova política externa a ser implementada em seu governo.

Já na edição do dia 04 de fevereiro, três dias depois, observamos novamente um destaque ainda maior dado ao tema, com a manchete: “Jânio determina estudo para estabelecer relações diplomáticas com os países da cortina de ferro”, localizada no alto da capa e abaixo do cabeçalho, lugar de grande importância do Jornal, visto ser de fácil visualização para o público leitor do periódico.

Segue a manchete, uma notícia com a reprodução do memorando do presidente da República, endereçado ao Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, solicitando providências quanto a questão do reatamento, o que nos leva a inferir que as manchetes do periódico são construídas diretamente pela redação, a partir do recebimento das notícias repassadas pelas agências ou seus correspondentes, e que essas por sua vez são apenas reproduzidas pelo jornal, que as selecionam dando maior ou menor destaque com fins de influenciar ou não o público.

No dia 06 de fevereiro há na página de número 02, novamente em lugar de destaque, visto que a notícia que está localizada logo abaixo do editorial do Jornal, trazendo a seguinte manchete em letras bem visíveis “Em estudos o reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e Rússia”. No corpo da notícia há a explicação de reunião próxima para discutir o assunto, no entanto, referindo-se ao reatamento com a União Soviética e não Rússia como apontado na manchete.

Depreende-se dessa leitura, que a manchete aparece de forma mais destacada que a notícia, com a finalidade de amenizar o possível impacto do fato, visto que a expressão União Soviética¹⁰ à época do período de bipolaridade da Guerra Fria remetia certamente ao comunismo, o que podia ser visto com ressalva pelos leitores do jornal, composto a princípio por uma elite política e econômica aliada as ideias de alinhamento com o bloco capitalista liderado pelos EUA.

Novamente, na edição de 22 de fevereiro, volta a aparecer de forma destacada, abaixo do cabeçalho localizado na capa, uma notícia sobre a política externa do governo Quadros, estampada com a seguinte manchete “A posição do Brasil diante do problema

¹⁰ A República Socialista Federativa Soviética Russa em conjunto com as Repúblicas Socialistas Soviéticas da Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia, formaram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ou simplesmente União Soviética, em 30 de dezembro de 1922. A República Socialista Russa era a maior e mais populosa das 15 repúblicas que compunham a URSS, e dominou a união durante toda a sua existência de 69 anos.

de cuba”. No entanto, apesar do destaque, há um erro material do jornal, que veiculou abaixo da manchete a posição do Brasil sobre a questão do Congo e não de Cuba.

Ainda assim, não obstante o erro prescrito no jornal, percebemos claramente a intenção da editoria em dar relevo aos assuntos que envolvem a política externa e a tomada de novas diretrizes do Brasil em suas relações internacionais, manipulando as manchetes, reproduzindo as notícias de agências e correspondentes, e determinando estas em local destacado do jornal, a fim de forçar a leitura de seu público.

Ao fim do mês de fevereiro, no dia 25, novamente a política externa vem a ser destaque do Lavoura e Comércio, com uma notícia no centro inferior da capa, intitulada com a manchete em letras destacadas “O Brasil procurará aliviar a rigidez com o Leste e Oeste”. Dando sequência aparece um subtítulo denominado: “O chanceler Afonso Arinos define a linha da política exterior do país”. A manchete antecede uma notícia vinda de Brasília, que versava sobre uma entrevista dada pelo Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos, onde o mesmo definia os rumos que o Brasil tomaria em sua política externa.

O corpo da notícia sintetiza os principais pontos da entrevista realizada no dia 24, não dando maiores repercussões ou análises, dando destaque aos seguintes assuntos: a tentativa de o Brasil promover uma distensão em suas relações com os países do leste europeu; a defesa do princípio da não-intervenção, sendo este uma das bases da nova política externa; a questão da inclusão na pauta dos trabalhos da ONU sobre a entrada da China comunista na organização; a efetivação da Operação Pan-Americana – OPA; e o reatamento das relações com Hungria, Bulgária e Romênia.

Podemos observar que sem maiores análises, o jornal busca de forma destacada dar relevo as notícias de política externa, trazendo entre as 22 edições do mês de fevereiro, 07 com notícias sobre a “nova” política externa a ser implementada pelo governo Jânio Quadros, lembrando que sempre em local nobre e de destaque do periódico, manipulando a manchete a fim de dar uma representação de positividade as notícias do novo governo.

Findado o mês de fevereiro, em março o jornal abordará de forma um pouco mais opinativa as notícias que versam sobre a política externa, apresentando nas edições dos dias 16 e 23 daquele mês, editoriais que emitiam a opinião do periódico sobre o desenrolar das ações até então efetivadas pelo governo Quadros nas relações exteriores brasileiras.

Antes dos editoriais, no dia 10 de março, há uma notícia em destaque sobre a política externa, dimensionada logo abaixo do cabeçalho na capa do Jornal, dando relevo

a figura do Chanceler Afonso Arinos, figura de grande prestígio¹¹ e executor da política externa independente no governo Jânio Quadros.

Com a manchete visualmente destacada e intitulada “O Brasil marchará sempre ao lado da ONU”, o corpo da notícia busca apontar para os posicionamentos do Brasil em algumas questões de sua política externa, especialmente a posição que o país tomaria na ONU sobre a questão da entrada da China comunista na organização, assunto já debatido no mês de fevereiro pelo jornal, mostrando assim, a grande relevância dada as questões que envolvia as relações do Brasil com os países comunistas, afinal a política de distensão com essas nações era o cerne da Política Externa Independente e sempre destaque, mas com muita cautela do periódico.

Apesar de adotar um caráter bastante informativo, conforme já apontado anteriormente, o jornal busca sempre dar relevo e colocar em locais nobres as notícias sobre a política externa do novo governo, afinal a tendência de debate do assunto vinha como um efeito dominó das redações dos grandes jornais da época.

Enfim, no dia 16 de março temos o primeiro editorial publicado pelo jornal, opinando efetivamente sobre os rumos da política exterior em andamento desde 31 de janeiro daquele ano. Lembrando que após a capa, o editorial talvez seja o espaço de maior relevo de um jornal, dando ênfase ao que o periódico pensa sobre o assunto debatido no referido espaço. No Lavoura e Comércio o editorial sempre se localizava na segunda página do Jornal, no canto superior esquerdo da página, abaixo dos créditos daquela edição.

O editorial nos dá a dimensão da real posição do periódico sobre os assuntos de política internacional, especialmente da posição do Brasil na questão do ingresso chinês na ONU. Apesar de não se posicionar frontalmente contra a política externa do governo Quadros, o periódico é extremamente reticente com a entrada do que denomina, ora de “China vermelha”, ora “China comunista”, classificações pejorativas, que dão um sentido de rejeição ao país, chamando-o inclusive de “regime ditatorial”.

A editoria nos aponta, que a entrada do país comunista é um gesto de boa vontade da ONU e os países que a compõe, especialmente os ocidentais, visto que a China não atende em grande parte os princípios (diretrizes) que norteiam a organização

¹¹ Jurista e Professor, de família tradicional de Minas Gerais, Afonso Arinos era um dos grandes líderes da União Democrática Nacional (tendo sido deputado federal e Senador), a UDN de Carlos Lacerda, que havia apoiado Jânio Quadros nas eleições de 1960 e compunha seu governo com a indicação de vários ministérios. Arinos representava o contraponto dentro do partido, pois além de apoiar a política externa combatida pelo UDN, era o executor e maior defensor desta.

internacional, e, portanto, afim de cumprir os valores de coexistência pacífica entre as nações, a ONU deve realizar esse “sacrifício” na tentativa de melhorar as relações entre Ocidente e Oriente, e permitir a entrada dos chineses na organização.

Nesse sentido, nos é claro que o relevo aos temas de política externa permanece, e o editorial nos ajuda a confirmar essa dimensão de importância, procurando apontar com ressalvas uma representação positiva da nova política externa. Por outro lado, podemos inferir dessa editoria, que apesar de não contestar os atos da nova política externa brasileira, o jornal se coloca francamente reticente com a entrada da China comunista na ONU, vendo esse ingresso como uma franca contradição entre o que a organização prega, e o que efetivamente realiza na prática.

Por fim, temos o editorial do dia 25 de março de 1961, intitulado “Incoerências e contradições removidas do plano internacional”, que nos transpassa uma imagem positiva dos rumos da nova política externa brasileira após quase dois meses de governo Jânio Quadros.

O editorial inicia desmistificando a preocupação que parte da sociedade e imprensa vinham tendo com o caminho tomado pela chancelaria brasileira, diante dos novos rumos seguidos pelo governo Quadros na política exterior do Brasil, especialmente no que concerne as questões de reatamento e estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países “neutralistas”¹² (Egito, Índia, Iugoslávia, entre outros) e do bloco comunista: China, União Soviética, Bulgária, Romênia, Hungria, entre outros, que recorrentemente eram tratados, inclusive no editorial em questão, como nações ditatoriais e afastadas da tradição democrática ocidental, a qual o Brasil estava filiado.

Para o Jornal, essa aproximação representava não uma mudança de rumo do Brasil em suas relações internacionais, fato que recorrentemente era atacado por parte da grande imprensa e pela oposição político-partidária e parlamentar ao governo, que alegavam existir um afastamento da tradição política exterior do Brasil e uma comunicação de nossas relações exteriores.

Tais alegações, foram negadas no editorial de 25 de março, com a adoção pelo periódico do discurso oficial do governo, apontado os seguintes argumentos: 1) o Brasil

¹² Os países desse bloco, eram vistos como um bloco alternativo no contexto da bipolaridade da Guerra Fria. Buscavam se posicionar de forma neutra frente as tensões geradas pelos posicionamentos da União Soviética comunista e dos EUA capitalista, sendo definido sua pauta na Conferência dos países não alinhados, que abrangiam desde as bandeiras da autodeterminação e não intervenção, até a política desarmamentista e anti-nuclear. É importante pontuar, que para o Ministro Afonso Arinos, o Brasil não compunha o bloco dos países neutralistas, mas era independente deste, visto que ser neutralista pressupunha uma tomada de posição dentro de uma estrutura coesiva, o que o Brasil, para Arinos, não buscava.

estava consolidado no bloco ocidental capitalista e não tomaria outros rumos, e, portanto, poderia buscar outros parceiros comerciais e diplomáticos; 2) o país precisava diversificar suas relações comerciais, a fim de buscar novos mercados aos produtos brasileiros, diversificando não só a pauta de exportações, mas também de importações; 3) e por fim, de que o Brasil, era uma nação madura, e que poderia buscar no plano internacional, o entendimento com nações de todos os espectros ideológicos, de forma que tivesse não só liberdade de ação, mas sobretudo, independência em suas relações com outros países.

O editorial dessa maneira, contrasta com a posição oficial tomada pelo governo¹³, realizando o periódico, nos dois primeiros meses de governo, uma entusiasmada defesa da política externa independente implementada pelo novo governo, apontando para essa representação positiva, não só os editoriais analisados nesse período, mas especialmente as notícias informativas, sempre apresentadas ao público de forma destacada, ou seja, localizadas nas partes nobres do jornal e sempre buscando elementos formais da diagramação que refletissem a valoração daquela política externa em ação.

Nesse sentido, podemos observar a partir dessa breve análise das edições de fevereiro e março de 1961, que trazem o tema da política externa do Governo Jânio Quadros, que há por parte do jornal Lavoura e Comércio, a intenção de representar de forma positiva os novos rumos da política exterior do Brasil, não obstante os cuidados na abordagem do tema, especialmente quando se trata do tensionamento bipolar entre capitalismo e comunismo, presente em assuntos como o reatamento de relações diplomáticas com países comunistas e a presença da China comunista na ONU. O periódico, portanto, reflete e nos dá a visão, das tensões sociais e políticas do momento, afirmando-se como uma importante fonte de estudo do período e especialmente da Política Externa Independente, implementada a partir de 1961 pelo governo Jânio Quadros.

¹³ Podemos observar isso ao analisar documentos oficiais (memorando, ofícios, diretrizes, tomadas de posicionamento, etc), discursos, entrevistas e pronunciamentos, comunicados de reuniões, entre outras situações oficiosas que nos remetem a posição do governo brasileiro. Mais pode ser encontrado em FRANCO, Alvares da Costa. (Org.), 2007.

REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **Representação e referência**. In: _____. A escrita da história: a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado – A Política Externa de Jânio Quadros**. São Paulo: Atheneu, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Jânio Quadros**. 6ª ed. Brasília: Brasiliense, 1999.

BILHARINHO, Guido. **Quintiliano Jardim**. In: _____. Personalidades uberabenses. Uberaba: CNEC Edigraf, 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa, uma mercadoria política**. Revista História & Perspectiva, Uberlândia, v.4, 131-139, jan/jun/1991.

CERVO, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: _____. A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2002.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado.. **A Política Externa Independente é Notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do Jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961)**. 2009. 214 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. (in): PINSKY, Carla Bassanezi. (org). **Fontes Históricas**. 2ª ed.- São Paulo. Editora Contexto, 2008. p. 111-153.

PAULA, Eustaquio Donizeti de. **As memórias do regime militar sob a perspectiva de um centenário jornal mineiro, o Lavoura e Comércio de Uberaba.** In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis-SC.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

QUADROS, Jânio. **A Nova Política Externa do Brasil.** In: Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, ano IV, nº 16, dezembro de 1961, p. 150-156.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações Internacionais e Desenvolvimento: O nacionalismo e a política externa independente.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.